

Quem paga tem posto da PM

FABÍOLA GÓIS E
RENATO ALVES

DA EQUIPE DO CORREIO

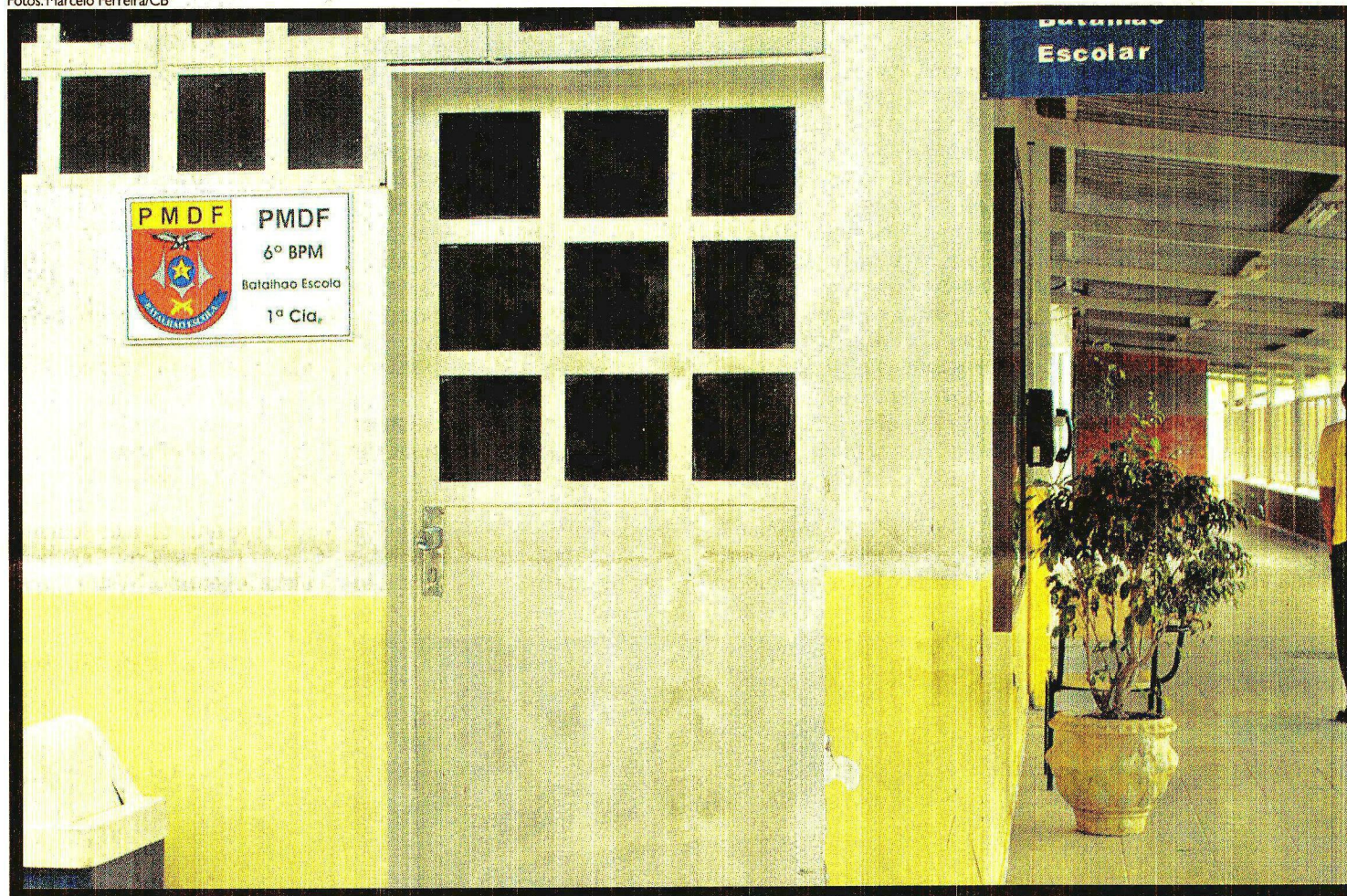
Quem pode pagar, conta com segurança. Quem não pode, conta com a sorte. Essa é a diferença entre as escolas particulares e públicas do Distrito Federal no que diz respeito ao policiamento ostensivo. Pelo menos seis estabelecimentos privados de ensino têm posto do Batalhão Escolar da Polícia Militar. Nenhum dos mais de 600 colégios mantidos pelo governo dispõe de tal proteção.

Os dados são do próprio Batalhão Escolar. E a justificativa do comandante da unidade, coronel Luiz Henrique Fonseca, é simples: existem postos da polícia nas escolas particulares porque elas oferecem estrutura para o funcionamento das atividades. "As escolas públicas já têm suas dificuldades, como falta de instalações, e não contam com estrutura para abrigar postos da polícia", afirmou.

A vantagem para as particulares, segundo o oficial, é a "convergência de policiais na área". Ou seja, elas têm policiamento fixo, que protege a comunidade escolar e o patrimônio do colégio e de seus funcionários em tempo integral. Diferente das escolas públicas, que em sua maioria têm policiais apenas por determinado período do dia.

Fonseca disse que o policiamento do Batalhão Escolar é 90% empregado em escolas públicas, e 10% nas particulares. Ao todo, são 712 PMs para atender 1.048 escolas. Mas como não há efetivo suficiente — os policiais trabalham em regime de escala de 60 horas de folga para cada 12 horas trabalhadas —, apenas 36 particulares e 358 públicas têm policiamento fixo e rotativo. Quando há, no entanto, ocorrências policiais

Fotos: Marcelo Ferreira/CB



UM DOS POSTOS DO BATALHÃO ESCOLAR ESTÁ INSTALADO DENTRO DO COLÉGIO OBJETIVO, NA 913 SUL: PMS CONTAM COM TELEFONE, BANHEIRO E COMPUTADOR

em outros estabelecimentos os policiais são deslocados, segundo o comandante.

O *Correio* visitou segunda-feira e ontem seis estabelecimentos privados que têm posto policial: Colégio Objetivo (Asa Sul), faculdade Upis (Asa Sul), Colégio La Salle (Sobradinho), Colégio Santa Terezinha (Taguatinga), Colégio Compacto (Gama) e faculdade Facep (Ceilândia). A equipe foi barrada em todos. Funcionários informaram apenas que não havia PM no local por causa do feriado da Proclamação da República, mas confirmaram a pre-

sença de policiais durante todos os dias letivos.

No caso do Objetivo (913 Sul), o *Correio* apurou que o posto policial tem banheiro, ar-condicionado, telefone, computador e todo tipo de material de escritório. Além da PM, a escola conta com vigilantes da empresa de segurança privada Griffó. Sindicância da PM apura a relação do coronel Luiz Henrique Fonseca com a mesma firma. Há suspeita de que o comandante do Batalhão Escolar seja sócio da Griffó.

Fonseca foi flagrado fazendo segurança particular no *Brasília*

Music Festival Eletronic, em setembro do ano passado. O oficial alegou que apenas dava uma "consultoria" aos produtores do evento, que contrataram a Griffó para cuidar da segurança. O comando da PM confirmou que o militar não estava a serviço da corporação, mas ainda não concluiu a investigação. A atividade policial militar é integral e continuada. Ou seja, ele não pode ter nenhuma outra ocupação.

Férias

Quem apóia o funcionamento das unidades nas escolas é a dire-

tora do Sindicato das Escolas Particulares do DF (Sinepe/DF), Amabile Tacios. "É um policiamento de extrema necessidade. Se pudesse, cada estabelecimento teria um posto policial", afirmou. Ela defende que a comunidade possa contribuir com compra de equipamentos para as instalações e carros. "Quem tem os postos na escola acaba sendo beneficiado com o policiamento, que já está na área. As públicas têm muito mais policiais na porta do que a nossa", comentou. Para Amabile, se o Estado não oferece condições de trabalho para a PM,

AS ESCOLAS PÚBLICAS JÁ TÊM SUAS DIFICULDADES, COMO FALTA DE INSTALAÇÕES, E NÃO CONTAM COM ESTRUTURA PARA ABRIGAR POSTOS DA POLÍCIA

Luiz Henrique Fonseca, comandante do Batalhão Escolar

a população deve ajudar. "Isso não é troca de favor. Apenas colaboramos com a polícia", afirmou.

A maior parte das ocorrências atendidas pelo Batalhão Escolar é em áreas mais pobres do DF, fora do Plano Piloto. O diretor do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro/DF) César Santos reclama da falta de policiamento na área central de Taguatinga, principalmente à noite. Ele disse que quando o policial destacado para determinada escola está de férias, não há substituição. "Em alguns dias, o policiamento é deslocado para escolas particulares na cidade", criticou. César é professor da rede pública de ensino em Taguatinga.

Antônio Lisboa, outro diretor do Sinpro, avalia como privatização da segurança os postos da polícia em escolas particulares. "Não é correto privilegiar a segurança pública para alguém que tem a oferecer", disse. Segundo Lisboa, alguns estabelecimentos públicos têm espaço suficiente para que seja construída uma unidade policial. "Esses recursos devem ser mantidos pelo Estado", destacou.